



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL CESAR COLNAGO**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2012.
(Do Sr. Cesar Colnago)**

*Solicita informações ao Excelentíssimo
Ministro de Estado dos Transportes, Sr.
Paulo Sérgio Passos sobre situação das
privatizações em rodovias federais.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações a Sua Excelência o Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, o presente requerimento de informações sobre a situação das privatizações de rodovias federais e, especialmente, quanto às seguintes questões:

1. Quantos quilômetros de rodovias federais foram privatizados entre 2003 e 2011?
2. Quais os trechos privatizados e empresas que adquiriram as concessões de cada trecho?
3. Qual o montante de recursos a ser investido em cada trecho rodoviário privatizado entre 2003 e 2011, e qual a duração de cada contrato?
4. Há atrasos em obras de restauração, ampliação e/ou manutenção dos trechos rodoviários federais privatizados entre 2003 e 2011? Em caso afirmativo, em quais trechos e quais as empresas concessionárias responsáveis pelos contratos?
5. Ainda em caso afirmativo quanto a atrasos em obras previstas nos contratos de concessão de trechos de rodovias federais no período de 2003 a 2011, quais os procedimentos adotados pelos órgãos responsáveis pelo



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL CESAR COLNAGO

acompanhamento e fiscalização das concessões? Houve notificações e/ou multas aplicadas às concessionárias? Quando, quantas, e a quais empresas foram aplicadas?

6. Especificamente quanto à BR 101, no trecho que liga o Estado do Espírito Santo ao Estado da Bahia, foi consolidado o leilão de privatização? Em caso afirmativo, quantos quilômetros serão privatizados, qual a empresa vencedora, qual o valor a ser pago, quanto será investido no trecho e qual a duração do contrato?

7. Houve reajuste de tarifa de pedágio nos trechos rodoviários federais privatizados entre 2003 e 2011? Em caso afirmativo, quando ocorreram os reajustes, e em quais percentuais, por trecho privatizado?

8. Houve redução de tarifas de pedágio por investimentos que deixaram de ser realizados pelas empresas concessionárias em trechos rodoviários federais privatizados entre 2003 e 2011? Em caso afirmativo, em quais trechos, identificados por concessão, datas, valores e percentual de redução da tarifa de pedágio?

9. Há obras nos trechos rodoviários federais privatizados entre 2003 e 2011 que deveriam ser entregues no decorrer de 2012 que não serão concluídas no prazo previsto e precisarão ser prorrogadas? Em caso afirmativo, em quais rodovias, trechos, tipos de obra que estejam sendo realizadas, por quanto tempo cada uma terá que ser prorrogada, e por qual motivo?

JUSTIFICAÇÃO

Que o Brasil precisa investir em logística e na infraestrutura de transportes para continuar se desenvolvendo, nisso todos estão de acordo, não há divergências quanto a essa afirmação. No entanto, quando se trata da



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL CESAR COLNAGO**

forma como tem sido feitas as concessões de rodovias federais ocorridas nos últimos anos, há que se discutir e analisar melhor.

Nos últimos anos, em que foi adotado o procedimento de *decisão social* na elaboração do edital licitatório, as empresas vitoriosas se comprometeram a administrar os trechos privatizados por um pedágio médio de R\$ 0,02 (dois centavos) por quilômetro o que, positivamente, representaria um custo médio seis vezes inferior ao cobrado nos pedágio de outras rodovias como Anhangüera e Imigrantes, privatizadas na década anterior. No entanto, a imprensa tem noticiado que contratos recentes – de 2007, não têm sido cumpridos e as estradas estão desde 2010 com obras atrasadas e trechos em péssimas condições.

Infelizmente, o que se tem notícia é de que nas estradas privatizadas aumentaram as praças de pedágio e os valores cobrados, acabando por tornar-se uma espécie de bitributação dos usuários, que já arcam com a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores).

Nosso objetivo é que, a partir das informações prestadas por S. Exa. o Ministro dos Transportes, possamos contribuir para solucionar os graves problemas que ora afetam a população, em especial quanto aos custos para os usuários. Mesmo se os trechos privatizados estivessem em boas condições, o que parece não ocorrer, não vai adiantar ter boas estradas se as pessoas não tiverem condições de trafegar por elas devido ao custo. Infelizmente, na maioria das concessões em vigor, o problema de contratos mal formulados vai continuar sobre os ombros dos usuários até 2020, quando a maior parte deles se encerra, se não tivermos alternativas ao que está posto.

Sala das Sessões, em de maio de 2012.

**CESAR COLNAGO
DEPUTADO FEDERAL
PSDB - ES**